

Valor Econômico – 28/08/2008

Amazônia abre nova fronteira

Eugênio Melloni, para o Valor, de São Paulo

Ruy Baron / Valor

Carlos Minc: contrapartidas ambientais extras causam descontentamento

O esgotamento dos projetos de geração hidráulica no Centro-Sul e a crescente demanda por energia elétrica transformaram a Amazônia, um território considerado impenetrável para o setor elétrico no final dos anos 80 e começo dos 90, na nova fronteira elétrica do Brasil. Desde o ano passado, o governo federal licitou os projetos das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira, que devem proporcionar uma capacidade de geração conjunta de mais de 6 mil MW, com início de operação prevista para a partir de 2012.

De acordo com informações da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), estatal encarregada do planejamento energético, outras sete hidrelétricas, com capacidade de geração de energia conjunta de quase 27 mil MW, deverão ser licitadas até 2011. Mas esse volume de energia não é tudo o que a Amazônia tem a oferecer: calcula-se, com base nos estudos já realizados, que os rios da região comportem aproveitamentos hidráulicos que poderiam proporcionar à matriz elétrica nacional até 40 mil MW - o correspondente 40% da capacidade total de geração do Brasil.

O maior passo para a exploração do potencial hidráulico da Amazônia será dado, contudo, no próximo ano, com a licitação da hidrelétrica de Belo Monte. O projeto da usina, que terá uma capacidade instalada de 11,1 mil MW, transformando-se na segunda maior usina brasileira, menor apenas que Itaipu, foi justamente o símbolo da resistência ambientalista aos aproveitamentos hidrelétricos na Amazônia.

Tornou-se célebre a imagem da índia caiapó Tuirá encostando um facão no rosto do então diretor da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes, hoje presidente da Eletrobrás, durante um encontro para discutir o projeto, realizado em 1989. A imagem contribuiu para o despertar de uma enorme resistência internacional à construção da usina, que fez com que fosse o projeto fosse engavetado. O projeto de Belo Monte ressurgiu remodelado no início desta década, com modificações em seu projeto que reduziram significativamente a sua área de alagamento.

Mas, o andamento dos projetos da Amazônia ganhou velocidade nos últimos meses com uma espécie de pacto firmado entre as áreas energética e ambiental do governo. Com a posse de Carlos Minc no Ministério do Meio Ambiente, a área ambiental prometeu agilizar os licenciamentos ambientais dos projetos de infra-estrutura. Em contrapartida, Minc tem exigido compensações extras aos empreendedores, como a adoção de parques e áreas de conservação por empresas que obtiveram as concessões de projetos de geração.

As contrapartidas ambientais extras têm provocado descontentamento em parcela dos representantes da iniciativa privada. Entre representantes do setor elétrico que preferem permanecer no anonimato, as novas compensações são vistas como um custo extra capaz de afetar a viabilidade de empreendimentos e como um risco regulatório a mais para os investimentos no Brasil.

De acordo com **Claudio Sales**, presidente do **Instituto Acende Brasil**, entidade que representa as principais empresas privadas do setor elétrico, em 2007 foram gerados R\$ 1,650 bilhão em compensações ambientais pagas por empreendedores do setor elétrico, dos quais 20% foram endereçados à União. Entre 2002 e 2005, acrescenta **Sales**, foram previstos R\$ 40 milhões para áreas de conservação, mantidos por orçamento do governo, mas apenas 51,5% desse montante foi aplicado na área.

"Diante desse fato, acreditamos que seja necessário, em primeiro lugar, o cumprimento do orçamento", diz **Sales**. "Em segundo lugar, é necessário, antes de exigir mais custos, que são repassados para a conta de luz, que seja dada transparência em relação à esperada eficiência na aplicação desses recursos", complementa.

"Acho infundada essa preocupação com a elevação de custos", diz o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. "No caso da hidrelétrica de Santo Antônio, por exemplo, as compensações, considerando todas as contrapartidas ambientais e sociais pedidas, vão ter um custo de R\$ 120 milhões, cerca de 1,5% do valor da obra", acrescenta o ministro. Minc destacou ainda que, com a maior agilidade conferida ao processo de licenciamento ambiental, os ganhos a serem obtidos pelos empreendedores serão maiores que os custos gerados pelas contrapartidas, além de se proporcionar maiores benefícios para a sociedade. "Não se pode, nessa questão, se olhar apenas para o próprio umbigo", acrescenta Minc.

Minc e o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, selaram um compromisso inédito que contribuirá para agilizar o andamento da hidrelétrica de Belo Monte. Pelo compromisso, a usina de Belo Monte será a única a ser construída no rio Xingu, no Pará, o que fará com que a área energética abra mão de construir outras três usinas com capacidade total de 3,6 mil MW. A iniciativa, comemorada em ambos os lados, despertou em especialistas o temor de que tal expediente possa ser repetido para outros projetos da Amazônia, o que reduziria a oferta de projetos existentes na região.

O presidente da EPE, Maurício Tolmasquim, explica que o acordo com a área ambiental em relação aos projetos do rio Xingu foi um caso específico. "Temos dois cenários possíveis nesse rio: ou construímos quatro usinas e produzimos 3.400 quilômetros quadrados de alagamentos; ou construímos apenas Belo Monte, e temos 440 quilômetros quadrados inundados", disse ele. "Acho que foi algo razoável", acrescentou.

"Não havia outra saída para os projetos do rio Xingu, que envolvia o impacto em comunidades indígenas", explica Minc. Segundo o ministro, "deve ser observada a sustentabilidade de cada bacia".